

## Controle Gerencial da Gestão Familiar na Abordagem Neopatrimonialista

**Autoria:** Marinette Santana Fraga, Mariano Yoshitake

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é aplicar a abordagem neopatrimonialista contábil no comportamento e controle do patrimônio familiar. O seu desenvolvimento tem como base norteadora a adequação das funções sistemáticas e da Teoria do Controle Gerencial à pequena célula social, núcleo da sociedade, que é a família. A metodologia do Neopatrimonialismo Contábil, neste trabalho, está representada pelo contexto holístico: definição de objetivos, método empregado, breve revisão literária e resultados. Na epistemologia ou a ciência do conhecimento, a teoria neopatrimonialista é completa em seu conteúdo científico como amplamente evidenciado nos trabalhos de Lopes de Sá e de sua ampla corrente neopatrimonialista. O tema insere-se na contabilidade como um processo social e as heurísticas de julgamento no âmbito da contabilidade e abordagens comportamentais, visando orientar as famílias para gerir melhor os seus recursos. A teoria Neopatrimonialismo Contábil apareceu para despertar a necessidade da evolução da contabilidade perante as diversas mudanças ocorridas no mundo. Seu precursor e adeptos verificaram que o patrimônio deveria ser estudado numa ótica holística considerando os continentes das células sociais. Não se pode afirmar que rompeu com as doutrinas anteriores, pois a sua base foi o patrimonialismo e surgiu com intenção de complementar e ampliar o conhecimento contábil. Sá (1999, p.347) reconheceu que a corrente patrimonialista, cujo maior líder foi Vincenzo Masi, é a predominante, e foi a que conseguiu impor-se pela lógica e da qual se derivam os aspectos da doutrina do Neopatrimonialismo Contábil. O parecer do autor sobre o A família é a primeira célula social na formação do capital humano utilizado nas entidades. O controle do patrimônio familiar está direcionado ao comportamento das pessoas e aos objetivos que almejam. Utilizou-se de pesquisas bibliográficas descritivas e exploratórias. A aplicação de entrevistas em profundidade possibilitou a verificação de aspectos qualitativos e quantitativos. Os resultados apontam que as famílias controlam, de forma simples, as despesas fixas. Já para as variáveis não há controle, levando os gestores a gastos excedentes. O motivo apontado para a não utilização de tais controles é a falta de informação e orientação, por isto muitas vezes as decisões são imediatistas. As considerações finais evidenciam a necessidade de estudos a respeito de uma Contabilidade doméstica. Ela foi iniciada em 1957, mas não conseguiu ser difundida nos meios acadêmicos e profissionais. Enfatizam, ainda, que as funções sistemáticas familiares e a teoria do controle gerencial poderão ser úteis para o desenvolvimento dos assuntos relacionados a finanças pessoais e controle familiar.

## 1. INTRODUÇÃO

A família é uma das mais antigas organizações existentes, uma vez que ela é a base da formação dos homens, sendo assim, pode ser considerada como uma micro célula social que contribui para o desenvolvimento da sociedade. O termo célula social é utilizado pela doutrina do Neopatrimonialismo Contábil, em substituição ao termo *azienda*. O neopatrimonialismo de Lopes de Sá é considerado como uma doutrina contemporânea da Ciência Contábil e é visto pelas três logias preconizadas por Trezniack<sup>1</sup>: terminologia, metodologia e epistemologia. Delas derivam conceitos específicos que são aplicadas neste trabalho: definição de Neopatrimonialismo, célula social, *azienda*, eficácia, fenômenos patrimoniais, relações lógicas, sistemas básicos de funções patrimoniais. Tais sistemas norteiam a continuidade das células sociais através de dados para a tomada de decisões. São eles: liquidez, resultabilidade, economicidade, produtividade, sustentabilidade, elasticidade, invulnerabilidade, socialidade.

A metodologia do Neopatrimonialismo Contábil, neste trabalho, está representada pelo contexto holístico: definição de objetivos, método empregado, breve revisão literária e resultados. Na epistemologia ou a ciência do conhecimento, a teoria neopatrimonialista é completa em seu conteúdo científico como amplamente comprovado nos trabalhos de Lopes de Sá e de sua ampla corrente neopatrimonialista.

Em diversas obras de Sá e de outros autores, a família foi mencionada como exemplos de células sociais, *aziendas* ou entidades. Sá (1999, p.165) esclareceu qual foi a base dessa doutrina: “Tomei como ponto de partida a necessidade de observar o patrimônio considerando os ambientes que são seus continentes, sem, contudo deixar de penetrar na essência íntima do conteúdo e que são fenômenos essenciais da riqueza *aziendal*”.

Pelo Neopatrimonialismo Contábil, pode-se fazer uma inferência de que a célula social (família) deverá também buscar a satisfação de suas necessidades, que é conhecida como eficácia. O estudo de Duran (1993, p.68) esclarece os três critérios para sua conquista: produção, satisfação dos membros e capacidade para cooperação contínua. E, para que haja colaboração, é importante que o grupo, no caso a família, amadureça. Isso pressupõe autoconhecimento e comportamento.

O gestor familiar deverá implantar os meios, cujos controles ajudariam a suprir as necessidades e satisfação dos elementos humanos familiares e, através de uma administração participativa, conseguir a colaboração de todos para acompanhar a variação de sua riqueza. E estes controles estão diretamente incluídos no âmbito das finanças comportamentais. No estudo delas destacam-se pesquisas de Kahneman e Tversky (1974, p. 79) sobre o comportamento e o processo de tomada de decisão dos indivíduos em situações de risco.

Pires (*apud* Thaller, 2002, p. 38) complementa que é o estudo das finanças é a forma como as pessoas analisam as informações e agem no processo decisório. Só assim, de uma forma consciente as famílias poderão obter sua eficácia. Sá (1992, p.264) escreveu a respeito da importância da eficácia de cada célula social:

Quando a soma da eficácia de todos os patrimônios implicar na soma da eficácia de todas as células sociais, em regime de harmônica interação, isto implicará, logicamente, na eficácia social, o que equivalerá à anulação das necessidades materiais da humanidade.

Ao mencionar a eficácia de todos os patrimônios e a eficácia de todas as células sociais, pelo seu notório saber, conclui-se que a família está incluída no conteúdo da doutrina. Sendo a família uma das mais antigas instituições do mundo e de suma importância para a sociedade, verifica-se que há diversas variações no ambiente interno e externo; elas afetam o ambiente familiar e sofre consequências dela.

Na atualidade a definição de família não é facilmente delineada. Seu conceito foi sendo alterado e sua evolução estrutural está atrelada ao desenvolvimento cultural, econômico e social. Segundo o IBGE (2006), há uma nova definição que aborda os diversos tipos familiares da modernidade, veja a seguir:

No novo conceito de família, são consideradas famílias os grupos formados não só pelo casamento civil ou religioso, mas também pela união estável de homem e mulher ou por comunidade dirigida somente por um homem ou por uma mulher (mãe solteira, no caso). Antes, uma união que não fosse formada pelo casamento formal era considerada "família ilegítima". Da mesma maneira, "filho ilegítimo" é uma expressão que não cabe mais em nossa sociedade.

Logo, as novas estruturas familiares têm necessidade de adaptar e gerir seu patrimônio. Para auxiliar as mesmas pode-se aplicar a Teoria do Controle Gerencial de forma simplificada. Yoshitake (2004, p.55) demonstra que esta teoria pode ter características simples ou complexas dependendo do tamanho das entidades. O autor cita o controle relacional e diz que ele investiga a existência de elementos de conexão: avaliador-avaliado em face às dificuldades percebidas pelo avaliado e às normas impositivas do avaliador. Neste ponto, pode-se verificar que o contador poderá ser um avaliador e orientador dos gestores familiares. Organizar as finanças domésticas não é tal fácil como se parece. Quando a família está endividada ou passa por um período transitório de diminuição dos rendimentos, deve procurar minimizar seus gastos; aconselha-se a busca de um profissional para fazer o “tratamento das finanças comportamentais domésticas”.

Como em todo e qualquer tratamento de saúde é necessário um diagnóstico através de observações, conversas e exames complementares que possam auxiliar na “cura”. Os exames envolvem uma análise e testes simulados com todos os membros para que o contador possa avaliar o perfil deles em relação aos investimentos e gastos. Só assim, o profissional poderá indicar o melhor tratamento, criando regras de consumo e de crescimento, para isto será necessário acompanhar o gestor familiar (“paciente”).

Um dos princípios que expressa à representação do controle relacional menciona que “quanto maior a estabilidade da relação entre avaliador e avaliado, maior a eficácia do controle”. Outro princípio de interesse para este estudo, afirma que: “quanto mais os objetivos entre as partes sejam antagônicos ou tendem para uma inevitável divergência, a tendência que passa a predominar é o “interesse” no relacionamento entre ambas”. No caso familiar o interesse do casal em aceitar os controles e limites impostos pelo profissional é à base de sucesso e recuperação do ambiente familiar.

Yoshitake (2004, p.62), na sua Teoria do Controle Gerencial, destaca que o controle pressupõe a existência de uma sequência nas situações do cotidiano das pessoas e das organizações. O conceito de sequência implica na sucessão de eventos, no sentido de séries de eventos relacionados. O autor afirma que “o plano-sequência de controle gerencial tem por objetivo a pesquisa de princípios e conhecimentos necessários para aumentar a controlabilidade das operações de uma entidade”.

Considerando esta vertente, Fraga (2005, p. 45) desenvolveu um plano-sequência para a gestão do controle familiar, evidenciando nele as possíveis formas de mensuração. Para o monitoramento dos controles familiares e para a conscientização das pessoas da necessidade de aplicar meios que proporcionem o acompanhamento da variação de suas riquezas e dos patrimônios, torna-se necessário um discernimento dos continentes da célula familiar. Conhecendo as características do ambiente endógeno e exógeno poder-se-á analisar tanto as variáveis quantitativas como qualitativas.

O próximo tópico aborda o diagnóstico do Neopatrimonialismo Contábil no ambiente familiar.

## 2. NEOPATRIMONIALISMO CONTÁBIL E A FAMÍLIA

A teoria Neopatrimonialismo Contábil apareceu para despertar a necessidade da evolução da contabilidade perante as diversas mudanças ocorridas no mundo. Seu precursor e adeptos verificaram que o patrimônio deveria ser estudado numa ótica holística considerando os continentes das células sociais. Não se pode afirmar que rompeu com as doutrinas anteriores, pois a sua base foi o patrimonialismo e surgiu com intenção de complementar e ampliar o conhecimento contábil.

Sá (1999, p.347) reconheceu que a corrente patrimonialista, cujo maior líder foi Vincenzo Masi, é a predominante, e foi a que conseguiu impor-se pela lógica e da qual se derivam os aspectos da doutrina do Neopatrimonialismo Contábil. O parecer do autor sobre o assunto é o seguinte: “Nossa teoria mostra um patrimonialismo vinculado fortemente ao social, ou seja, transcende ao âmbito celular e extrapola até para outros campos de influência ambiental. Defende o princípio da interação dos sistemas de funções da riqueza com tudo o que a cerca”.

Essa doutrina brasileira orienta que se deve considerar, como objeto de estudo da contabilidade, o fenômeno que ocorre em um complexo, objetivando suprir as necessidades das células sociais. Pires, (2004, p.26), fundamentado em Sá, escreveu: “O termo célula social pode ser utilizado em detrimento da palavra Azienda, abrangendo tanto pessoas, famílias, empresas, instituições etc”. Existe uma interação recíproca de influências entre a família e as células sociais maiores. O conceito de células sociais é assim definido por Sá (1999, p. 135):

Célula social ou *Azienda* é um agregado de pessoas e de coisas impessoais, com atividade permanente ou duradoura e que visa suprir objetivos traçados pelo homem, sendo parcela da sociedade. Como exemplos: lares, escritórios profissionais, as faculdades, as livrarias, os supermercados, as companhias aéreas, as fábricas de calçados, os clubes de futebol, farmácias, etc.

Assim sendo, conceituou-se o fenômeno patrimonial como tudo o que tange a essência da riqueza *aziendal*. Para suprir as necessidades, existem os meios patrimoniais, que são as “maneiras”, as “formas” para se alcançar a eficácia. Há algumas relações que acontecem na vida destas células que se podem considerar como de natureza regular e representando a intimidade do fenômeno: necessidade, finalidade, meio patrimonial, função, eficácia.

Esta doutrina contábil verificou a existência das relações lógicas no patrimônio das células sociais: essenciais, dimensionais e ambientais. Na família, também, pode-se verificar essas relações que estão ligadas à subsistência, sobrevivência, participação na sociedade e melhor qualidade de vida do ser humano. Conforme Sá (1999, p.169), as relações essenciais “na produção natural dos fenômenos patrimoniais, são determinações de vontades, mas os fenômenos patrimoniais inaturais e os exclusivamente dependentes de ambientes exógenos não obedecem e essa mesma sequência lógica”.

Na família, as relações básicas são de fácil percepção. Isso independe do tamanho do lar, todas têm necessidades básicas a serem supridas. Por exemplo, a alimentação, a higiene, a educação, o vestuário, a comunicação entre os membros, a habitação. Talvez as dificuldades por que algumas famílias passam, para suprir as necessidades básicas, podem estar ligadas à questão comportamento do saber controlar seus recursos e não somente pela falta deles.

Para poder suprir as necessidades familiares, é necessário que os homens as administrem e tenham meios para satisfazê-las. Um exemplo seria a realização dos gastos compatíveis com os seus rendimentos. A família tem essas relações essenciais e outras, pois está inserida em um macro ambiente. Um dos meios de controle dos gastos e rendimentos, segundo Atkinson et al. (2000, p. 465) é o orçamento familiar, definido como: uma ferramenta de planejamento e que serve para controlar o comportamento dos membros familiares, fixando limites em relação ao que pode ser gasto dentro de cada categoria de orçamento. Sem um orçamento, as famílias não têm como saber quando e onde o dinheiro esta

sendo gasto. Tal situação pode conduzir uma família facilmente a uma dívida inesperada e a dificuldades financeiras severas.

A busca do papel de cada um na sociedade leva a novas necessidades para o convívio social, transcendendo as básicas. Maslow, (*apud* Campos, 1992, p. 151), observa que “... quando falamos sobre as necessidades dos seres humanos, estamos falando sobre a essência de suas vidas”. A filosofia de Maslow é baseada em dois pontos fundamentais.

O primeiro de que o homem tem uma natureza superior que é instintiva e o segundo é que essa natureza humana tem uma característica profundamente holística. Maslow (*apud* Campos, 1992, p.153) apresentou uma escala das necessidades básicas do homem, abordando:

O ser humano tem necessidades básicas que devem ser satisfeitas simultaneamente. No entanto, quando o homem está ainda num estado muito primitivo de ter suas necessidades básicas atendidas, ele dará mais importância às necessidades fisiológicas que às outras e assim por diante. Em cada estágio haverá ênfase em uma das necessidades, mas todas estarão presentes sempre.

Sintetizando Maslow, as necessidades são: fisiológicas (sobrevivência, alimentação, roupa e moradia); segurança (proteção sua e da família, estabilidade no lar e no emprego); sociais (sentimentos de aceitação, amizade, associação, sentimento de pertencer ao grupo); ego ou estima (autoconfiança, independência, reputação, etc.); auto-realização (realizações do seu próprio potencial, autodesenvolvimento, criatividade, autoexpressão).

Quanto à relação dimensional da Teoria Neopatrimonialista Contábil, essa evidencia a existência de uma hexadimensionalidade na análise do fenômeno patrimonial: causa, efeito, qualidade, quantidade, tempo e espaço. Quando houver um “fenômeno patrimonial”, o gestor familiar deverá identificar a causa do mesmo. No caso do controle do patrimônio da família, é importante procurar saber o porquê se está gastando mais do que se ganha. Outra análise é evidenciar a causa da utilização exagerada e repetitiva do cheque especial e do cartão de crédito para suprir as necessidades fisiológicas. Essencial, também, é procurar saber onde está havendo desperdício, visto que o seu controle representa uma economia de gastos diminuindo o desembolso financeiro.

Toda causa tem um efeito. Os desperdícios, por exemplo, podem significar um efeito na “conta caixa-familiar”, diminuindo suas disponibilidades. Imagine que a conta de energia tenha um valor triplicado com referência ao mês anterior, e este aumento foi devido ao uso incorreto da utilização de energia doméstica. Cuidados básicos foram deixados de lado como: “ambiente vazio - as pessoas deixaram lâmpada acesa; aparelhos elétricos - ligaram ao mesmo tempo; banhos demorados – esqueceram do tempo.

A qualidade na célula social familiar poderá ter vários aspectos e ser uma questão de subjetividade. Ao adquirir-se um bem ou serviço, o gestor deverá verificar a qualidade do mesmo, pois a durabilidade pela falta de qualidade poderá acarretar a saída de numerário. O gestor familiar deverá conhecer o Código do Consumidor, pois essa atitude de defesa dos interesses causa variações na riqueza.

Outra questão é a quantidade, muito importante na economia doméstica. Qualidade e quantidade se complementam. Em termos de controle, a quantidade é essencial e, quando bem estimada, padronizada, conforme o tamanho da família, o excesso de compras será cortado, bem como o consumismo exagerado e o desperdício.

Quanto a itens referentes a móveis, utensílios, imóveis, veículos, equipamentos domésticos, dependerão da necessidade da família, do conforto ou da preferência de seus entes. Só é necessário lembrar que, muitas vezes, possuir mais de um item de alguns deles corresponde, também, à saída de recursos para mantê-los. Como exemplos, ter mais de dois carros, casas fechadas em praias, sítios, casas de campo etc. Assim, em épocas difíceis, poderá haver necessidade de se rever essas aplicações e os gastos com a manutenção.

O gestor deve ter em mente a necessidade do equilíbrio das entradas de seus recursos com as saídas dos mesmos. Não se deve utilizar capital de terceiros para manter a duplicidade de aplicações, pois, com o tempo, os juros não compensarão a permanência do bem no patrimônio, haverá um crescimento das dívidas.

A temporalidade é primordial na gestão familiar; muda-se a necessidade, a aplicação do investimento, as ambições, os desejos, surgem às eventualidades, etc. Os gastos são distintos para cada fase da vida (recém-nascidos, crianças, adolescentes, adultos e idosos). Quanto ao espaço, o gestor familiar depara-se com vários fatores que interferem na gestão do patrimônio afetando suas decisões.

Na família, os fatos poderão ocorrer no ambiente endógeno, mas também podem ser provenientes do ambiente exógeno. Alguns exemplos são: a perda inesperada do emprego, a taxa alta dos créditos, o bloqueio de uma poupança, a concepção não planejada de filhos, mudanças econômicas, as crises financeiras, o aumento dos aluguéis, as doenças, os acidentes etc. Recorrendo a Herckert (2002, p.14), encontrou-se que as “influências ambientais endógenas são fenômenos internos da célula social”. E as exógenas “são aquelas que vão tanger o patrimônio e que vem do ambiente externo”.

### 3. RELAÇÕES E SISTEMAS BÁSICOS DAS FUNÇÕES PATRIMONIAIS NA FAMÍLIA

O estudo dos fenômenos patrimoniais, com base nas relações lógicas, está ligado a oito sistemas básicos de funções patrimoniais, sendo sete identificados pelo seu precursor Sá e o último, por Nepomuceno. Busca-se realizar uma observância dos mesmos, verificando se as necessidades neles mencionadas estão presentes ou não na célula social, núcleo da sociedade.

O primeiro sistema diz respeito à liquidez que é uma necessidade de toda e qualquer empresa independente do porte. A mesma é conceituada por diversos autores como a capacidade de conversão em dinheiro. Refere-se aos recursos imediatos - digo ao dinheiro em caixa ou equivalentes de caixas para sanar as obrigações. Halfeld (2004, p. 89) conceitua a liquidez direcionando-a para o caso das pessoas físicas e, logicamente, pode-se dizer para as famílias. Abaixo segue o conceito do autor sobre o assunto:

Liquidez é uma referência ao prazo e ao custo com que um investimento se transforma em dinheiro vivo. As notas e moedas em seu bolso são considerados ativos perfeitamente líquidos. Imóveis são bens pouco líquidos, negócios próprios são, geralmente, ainda menos líquidos.

Para as despesas do dia-a-dia e todas aquelas consideradas fixas, será necessário que a família mantenha determinada quantia em dinheiro. Pode-se calcular um valor máximo a ser gasto com as despesas variáveis; aquelas feitas somente para atender as vontades, desejos. O ideal é que se saiba até quanto se pode gastar, sem ultrapassar o limite. Deve-se, também, estabelecer um valor para estas despesas, administrando a sua ocorrência e evitando ultrapassar o estipulado. Pense: você pode postergar consumos que não são básicos. Segundo Abicalaffe (1995, p. 116) existem:

Há pessoas extremamente equilibradas, sensatas que vivem de acordo com o que ganham, evitando cair e ser chutadas. Há outras pessoas que num momento de coragem desrespeitam o princípio de “só fazer negócios com dinheiro em caixa” e fazem o negócio.

Este conceito vai de encontro com a questão do consumo nas diferentes fases da vida. Pires em sua dissertação de 2002 (*apud* Sandhusen, 1998, p. 165) menciona que tais fases podem ser consideradas como o Ciclo de vida familiar (CVF). Sendo ele um “conceito que adota uma série de estágios distintos na vida de uma família típica, cada uma com características demográficas valores e necessidade diferentes”. Assim, conforme o CVF as pessoas têm um comportamento diferenciado com predisposição ou não de controlar o patrimônio e seus

gastos nos mercados. O ciclo de vida determina as necessidades e as diferentes formas de consumo conforme as idades e sexos das pessoas.

Outra necessidade seria a obtenção da resultabilidade. A família que não se preocupar em obter bons resultados na gestão de seus recursos poderá vir a ter dificuldades futuras. Para que se consiga administrar os bens e ter um resultado que, futuramente, possa ser aplicado no aumento patrimonial, seja em forma de bens imóveis ou na formação educacional, uma boa estratégia é reservar um percentual mensal (exemplo: 10%) dos rendimentos e aplicá-los em investimentos, assim, “pague-se primeiro”. O estabelecimento dos 10% é apenas uma sugestão, no entanto a família poderá decidir a economia conforme o que se espera ter no futuro para satisfazer os planos traçados.

Após as necessidades anteriores, toda célula social deverá também procurar ter uma estabilidade patrimonial. Esta se refere ao equilíbrio patrimonial. O gestor familiar sempre deve avaliar e controlar seus recursos e evitar o alto endividamento, os desperdícios e preocupar-se com o futuro. Sá (1999, p.245) opina sobre o assunto:

Quando se aplica mais do que se deve, prejudica-se a riqueza toda, pois o erro em um investimento, em um financiamento, tende a atingir não só o elemento causador, mas também o conjunto, O equilíbrio processa-se em condições de cumplicidade, ou seja: em um patrimônio, há uma coexistência, uma interação funcional, uma hereditariedade dos fenômenos.

O autor complementa que são as necessidades a serem supridas que devem ditar a composição percentual harmônica dos elementos patrimoniais. Não adianta a família ter, visivelmente, um grande patrimônio se ele todo está comprometido com as dívidas. Abicalaffe (1995, p.116) corrobora com o assunto, mencionando que:

Há um ditado popular que sentencia, “Quem dá o passo maior que as pernas levam um tombo”. Já Lincoln dizia: “ Não “evitarás dificuldades”, “se gastares mais do que se ganha”. Em compensação, existem aqueles que dizem que o passo não depende do tamanho das pernas, mas sim do impulso que se toma.

Logo, é preciso estabelecer valores para suprir as necessidades dos gastos de curto, médio e longo prazo. Bem como, o limite do impulso que irá dá. O grande impulso, de forma desordenada, poderá levar a utilização de origens de entradas onerosas, como alguns empréstimos com altas taxas de juros.

No ambiente familiar, o equilíbrio se faz também na convivência e compreensibilidade dos seus componentes. É preciso uma estabilidade emocional, psicológica, pois as ações, as atitudes irão interferir na riqueza patrimonial.

A economicidade e a produtividade são necessidades muito verificadas nas empresas lucrativas, para obter uma boa resultabilidade. A família deverá buscar sempre atender a essas necessidades de produzir e economizar, pois só assim poderá consumir e agregar valor ao ambiente endógeno e exógeno. É bom lembrar a época do racionamento da energia. Uma forte campanha de conscientização levou até aos lares brasileiros a necessidade de controlar o uso da energia ou de utilizá-la de forma correta.

A diminuição de gastos representa uma economia e contribuirá para maximizar os resultados, bem como para uma nova cultura de consumidor consciente. O seu reflexo, no mundo externo, é visível, como por exemplo, as dificuldades na preservação de alguns recursos naturais. É uma questão de sustentabilidade e a família tem um papel fundamental para sua realização.

O próximo aspecto é a elasticidade. Essa, em casos de empresas, refere-se à necessidade de atender às demandas mercadológicas. Mas será que a família também não tem essa necessidade ou não faz parte do processo? A família é uma importante consumidora do mercado, está diretamente ligada às relações de demanda e oferta.

O mercado disponibiliza os bens e serviços e as famílias são uma das fontes que consomem os mesmos. A elasticidade da família é visível na realidade em que se vive. A economia é afetada e afeta os hábitos familiares. Como unidade de consumo, os gastos deveriam ser conforme a capacidade de renda de cada família. Quando determinados tipos de alimentos ou produtos sobem muito de preços, talvez a melhor forma seja substituí-los por outros similares da época.

A próxima necessidade se refere à invulnerabilidade que significa a questão de minimizar os riscos, e dar ênfase à continuidade empresarial. Apesar de sempre se viver em riscos, neste trabalho, os mesmos se referem à questão dos investimentos das pessoas físicas e que dependerão do perfil de cada um dos membros da família e da administração do seu planejamento familiar.

Como citado, anteriormente, em relação aos controles da relação dos gastos e dos rendimentos, há pessoas, cuja opinião é: o passo não depende do tamanho das pernas, mas sim do impulso que se toma. Na frase, verifica-se a capacidade de assumir ou não riscos. Todavia, as pessoas devem preocupar com o fator “preventivo” e saber guardar economias para suas eventualidades. Assumir riscos, de forma desorganizada, poderá prejudicar tanto o patrimônio tangível como o intangível. Assim, Abicalaffe (1995, p.117), anuncia:

Depois, se o sonho e a esperança demoram, cresce a possibilidade de constrangimentos, tombos e de alguns chutes. Neste momento, outros sentimentos se insinuam dispostos a consumir a energia, ampliam o tamanho da pressão, que, se não for “vista” com uma grande prensa a esmagar toda a família, começa a ser sentida, principalmente no estômago. Desta forma, com maior rapidez ainda virão os tombos e os chutes dados, involuntariamente até, por algum membro da própria família que começa a se exaltar e instala um tribunal em que as acusações vão e voltam.

Outra necessidade descoberta é a socialidade, referente à interação da célula social com o ambiente endógeno e o exógeno, tendo como finalidade a eficácia específica de cada célula, cuja somatória levará à eficácia da sociedade. A socialização é um processo contínuo na vida das pessoas e pode ser conceituada como o processo pelo qual as pessoas adquirem conhecimentos e habilidades necessárias, para definirem suas atuações em um grupo ou organização; o ambiente familiar é denominado de socialização primária.

Em seguida têm-se os outros agentes que vão complementando e modificando a forma como o indivíduo interage em sociedade, havendo uma socialização complementar, secundária. Como exemplo cita-se: escolas, clubes, igrejas, meios de comunicação, organizações de trabalho.

No caso da utilização dos controles na gestão familiar, o seu gestor poderá fazer uso dos tipos de socialização que, de forma direta ou indireta, influirão na riqueza do patrimônio. Existem outras formas de socialização, porém ater-se-á aos dois tipos considerados aplicáveis na gestão familiar.

O primeiro tipo é a socialização sequencial. Neste, os novos membros são levados a passar por uma sucessão fixa de etapas discretas e identificáveis que conduzem ao papel almejado. Assim, o gestor familiar terá um papel de explicar aos demais membros como fazer os controles, quais os seus benefícios e poderá estabelecer os passos (sequências) de forma bem simples e compreensiva.

Numa socialização serial, os membros experientes da organização familiar ensinam aos seus descendentes os papéis que assumirão sozinhos no futuro. Logo, o gestor familiar se tornará uma espécie de mentor para os demais. Esse tipo de socialização possibilita uma visão de futuro e possibilitará um discernimento melhor a respeito dos fatos que levarão à variação do patrimônio. Sendo assim, é de suma importância, desde a fase de infância, haver uma educação para o controle do patrimônio, sendo primordial a presença, a orientação e o caráter do gestor. Um exemplo para o mencionado controle seria a Educação Financeira no ensino

fundamental. O processo das orientações financeiras englobaria projetos extrassalás, os quais abrangeriam a participação dos pais em palestras e cursos. Sendo assim, o próximo tópico aborda o conhecimento do controle de gestão familiar.

#### 4. CONTROLE NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO FAMILIAR

Este tópico parte do pressuposto de que o estudo da Teoria do Controle Gerencial poderá ser aplicado na orientação dos gestores do patrimônio familiar. Yoshitake (2004, p.3) enfatizou que: “deve haver “um corpo estruturado de teorias” ou algo semelhante, em que se possa denominar de Teoria de Controle Gerencial ou Teoria de Controle de Gestão”.

Na ausência de um corpo estruturado de teorias deste novo campo e das dificuldades de sua aplicação prática, principalmente nas empresas brasileiras onde falta a tradição da função de Controladoria, há necessidade de pesquisar e analisar as principais ideias e princípios relacionados com as funções desenvolvidas nas áreas de controle.

A Teoria do Controle Gerencial teria como objetivo construir o conhecimento científico por meio de uma estrutura sistematizada capaz de explicar e prever o fenômeno do controle na gestão das organizações. Para Yoshitake (2004), a tendência atual é destacar o novo papel do controle de gestão frente à sociedade, à ética, às pessoas e ao meio ambiente.

O controle faz com que os fatos se conformem aos planos. Depois de traçada uma meta e elaborados os controles para atingir os objetivos, deve-se verificar a execução dos mesmos e/ou aperfeiçoá-los. Está intimamente ligado às pessoas que o desempenham, logo é preciso ter interesse em usá-lo; é necessária uma mudança do pensamento arcaico de estar sendo “vigilado”, de que possa ter privação de algo desejado. Deve haver uma superação do descontrole.

Recorrendo a D’Áurea (1957, p.110) sobre a importância do controle do patrimônio familiar, é possível confirmar que:

É necessária a proteção dos interesses da família, para a defesa das situações de negócios com terceiros, para garantir o sustento de seus membros, a educação da prole e proporcionar futuro estável, preservando-os do mal-estar físico e moral e criando-lhe um clima de tranquilidade, condições indispensáveis ao seu equilíbrio, e conseqüentemente, a própria ordem social.

Segundo D’Áurea (1957, p. 7), as principais causas da omissão da ordem na gestão familiar são: “o imediatismo, por causa da atenção concentrada no presente e falta de preocupação com o futuro; a indiferença, principalmente as oportunidades do presente que garantiriam um futuro mais tranquilo; e a incompreensão, fruto da absorção da família por ambição e vaidade”.

Quando idealizado, mantido ou implantado, o controle de gestão precisa estar de acordo com o modo de pensar de seu idealizador, com a forma como ele vê, percebe, idealiza, concebe ou descreve uma realidade; tudo isso, evidentemente ajustado ao modelo decisório do usuário. Finaliza-se este tópico, acreditando-se que a contabilidade familiar terá um enorme papel social ao possibilitar a usuários do patrimônio familiar, de formação educacional avançada ou não, a necessidade da aplicação dos controles, de visão holística, em suas vidas. O tópico seguinte evidencia a metodologia deste artigo.

#### 5. METODOLOGIA

Como complemento da fundamentação teórica, realizou-se uma pesquisa aplicada, com participação dos interessados. Desenvolveu-se, portanto, esta pesquisa sob a ótica participativa e exploratória, tendo como perspectiva despertar a importância do assunto, mostrar a necessidade de torná-lo explícito, mais aplicável e evidenciar a sua necessidade, já que sua importância no contexto social é grande.

Para Beuren (2004, p.87), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos”. Neste trabalho, tal fonte foi limitada, visto que há poucas referências a respeito de Contabilidade doméstica ou familiar. Os pontos fundamentais foram baseados nos estudos de Sá e Yoshitake.

A pesquisa se deu sob as perspectivas de abordagem quantitativa e qualitativa. Priorizou-se o ambiente natural e a utilização de entrevista de profundidade como fontes de coleta de dados. Os entrevistados foram selecionados pela indicação de alguns discentes, cuja relação com o pesquisador (docente), tal critério deve-se a privacidade do ambiente familiar.

A análise dos dados possibilitou verificar a utilização dos controles na gestão do patrimônio familiar, com base na opinião dos respondentes. Foram aplicadas 279 entrevistas pelos discentes de iniciação científica e pelo docente-pesquisador (maiores detalhes no próximo tópico).

Segundo Gil (1999, p.26), a investigação científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos”, que constituem os métodos científicos. A abrangência dos conteúdos da realidade que interferem na realização deste trabalho possibilitou seu desenvolvimento dentro de uma visão holística do tema. O método científico pode ser considerado como a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa. O utilizado neste trabalho foi o fenomenológico que é um dos exemplos desses métodos.

O Método Fenomenológico foi preconizado por Husserl, não é dedutivo nem indutivo. Preocupa-se com a descrição direta da experiência tal como ela é. A realidade é construída socialmente. A realidade é entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado. O sujeito/ator é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento (GIL, 1999p. 55). Assim, procedeu-se a elaboração da pesquisa, seus procedimentos, resultados e interpretação das informações.

## 6. PESQUISA E RESULTADOS

### 6.1. Proposta e procedimentos

A pesquisa foi considerada como exploratória e desenvolveu-se com aplicação das entrevistas aos participantes, possuindo caráter quantitativo e qualitativo. Na pesquisa de campo, foram aplicadas 279 entrevistas. A escolha desse campo levou em consideração a indicação das famílias por discentes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da universidade que a pesquisadora é docente. O total de discentes era de 93, sendo que cada um indicou 3 gestores familiares para participar. Sendo a família um ambiente de alta privacidade, a profissão e o *now-how* da professora foram primordiais para que os pesquisados tivessem confiança em participar da pesquisa. Um grupo de 10 discentes de iniciação científica supervisionados pela docente realizou as entrevistas.

A participação dos interessados foi essencial para o desenvolvimento da pesquisa. Para a pesquisa, foram selecionadas pessoas com condição financeira diversificada. Este critério possibilitou a verificação do uso dos controles em faixas de rendimentos distintos.

O fato de utilizar os acadêmicos dos cursos de Administração e Contábeis, como intermediários teve como propósito a aprendizagem da aplicabilidade da Contabilidade Geral e Gerencial no controle do patrimônio das pessoas físicas. Os referidos discentes têm em seus currículos conteúdos sobre balanço patrimonial e apuração de resultado. Os dados obtidos foram tabulados e demonstrados através de gráficos.

Devido à limitação da quantidade de laudas em congressos, seminários e convenções, optou-se pela eliminação dos gráficos e priorizou a forma dissertativa para apresentar os principais resultados.

### 6.2. Resultados da pesquisa

Primeiramente, procurou-se conhecer a estrutura da família verificando a quantidade de seus elementos. Dos 279 entrevistados, houve comparecimento de 196 com efetivo interesse. Das 196 respostas, 17% responderam que a família é formada por duas pessoas, 17% com três pessoas, 14% com 4; 21% com 5; 15% com 6; 8% com 7 e 8% com 8. Foram considerados membros da família não somente os pais e filhos, mais todos que residem no mesmo lar, incluindo os denominados “agregados”.

De acordo com o resultado, a maioria das famílias pesquisadas é composta por cinco pessoas (21%), sendo que as famílias formadas por 7 ou 8 pessoas são a minoria, representando, do total pesquisado, apenas 8%. Quanto à quantidade de pessoas que contribuem para a formação de renda da família, os resultados apontaram que, na maioria das famílias, apenas 2 pessoas contribuem para formação da renda familiar. Em apenas 5% das famílias, o número de contribuintes chega a 5 pessoas. Pelas respostas, tem-se um total de 430 pessoas que contribuem para a renda das famílias pesquisadas.

Estas respostas levam a efetivação teórica das funções sistemática denominadas de estabilidade e elasticidade. A quantidade de membros na família repercute no planejamento familiar. O próprio governo brasileiro é responsável pela Constituição Federal a propiciar esse planejamento. Infere-se que a estabilidade emocional e financeira podem ser comprometidas nas famílias com maiores quantidades de membros. A pesquisa revelou que não há um equilíbrio entre números de elementos e quantidade que contribuem para a renda. Planejar o nascimento de filhos na hora certa é um bom começo de planejamento familiar.

A elasticidade é representada pela renda da família que é aumentada por seus contribuintes. As pessoas, na fase ativa, podem ampliar a renda familiar e futuramente constituir uma nova família para a perpetuação do ser humano

A respeito da renda mensal familiar, 22% disseram enquadrar na faixa de 6 a 8 salários mínimos, em seguida: 18% de 3 a 5 salários mínimos, 15% de 9 até 12 salários mínimos; 11% de 12 até 15 salários mínimos, 9% de 15 a 18 salários mínimos e 12% acima de 18 salários mínimos.

Novamente é verificada a função da elasticidade. Sob a ótica econômica tem-se: quanto maior renda maior consumo das famílias. Isto contribui para o controle da política monetária. Ressalta a importância da família como unidade de consumo. As pesquisas das desigualdades sociais evidenciam que há diferenciações de renda e qualidade de vida dos povos brasileiros.

Em seguida, foi perguntado se é realizado, por parte de quem cuida do dinheiro ou por parte de algum membro da família, algum tipo de controle orçamentário. Houve 61% respostas positivas e 39% negativas. Logo, a maioria, utiliza controles.

Perguntou-se de que forma esse controle é feito. As repostas foram: 35% utilizam planilhas; 36% anotações manuais, 13% com anotações manuais e planilhas e 16% fazem uso de anotações manuais e pesquisa de supermercado. Há um predomínio das anotações manuais com diferença de 1% para o uso de planilhas.

Foi necessário saber com que frequência os controles eram feitos. As respostas foram: 69% fazem os controles mensalmente; 15% semanalmente e 16% diariamente. Logo, a periodicidade mensal foi a mais utilizada nos controles familiares. E, em proporções muito menores, ele realiza-se semanalmente ou diariamente.

Foi oportuno também saber, em caso de não haver controles, qual a causa. Dentre os entrevistados, 16% afirmaram que não existem gastos excessivos; 21% apontaram a falta de interesse ou curiosidade; 16% acham que não existe motivo; 13% sentem a falta de informação e orientação; 14% opinaram que é por falta de planejamento e 20% não souberam responder. Sintetizando os resultados, dentre as famílias que não realizam nenhum tipo de controle orçamentário, a maior parte apresenta, como justificativa, a falta de interesse. Pelo percentual relevante de 33%, infere-se a existência da necessidade do controle, visto que a

falta de informação e o fato de não saber responder caracterizam a falta de interesse nos controles do patrimônio.

A ênfase da utilização de controles evidencia que as funções sistemáticas estão interligadas. Aponta-se aqui a liquidez, a elasticidade, a estabilidade e resultabilidade. A primeira é a diretriz do controle familiar para sanar as necessidades eventuais e imediatas que poderão surgir. Os exemplos mais comuns são os casos de doenças e de acidentes que são imprevisíveis. Uma boa quantia líquida evitará a venda de bens permanentes (menos líquidos) abaixo do preço de mercado.

A boa liquidez leva a uma elasticidade, pela qual a família participa da oferta e demanda do mercado. Com bons controles chega-se a estabilidade. Obtendo um ponto de equilíbrio evita-se que a família entre em dívidas descontroladas. A estabilidade é sinal de sucesso e o meio de pensar no futuro levando a maiores resultabilidades. Nas distintas fases familiares, ter um resultado positivo ajuda a manter a qualidade de vida e os padrões determinados pelas metas estipuladas. Assim, o gestor familiar sempre deve avaliar e controlar seus recursos e evitar o alto endividamento, os desperdícios e preocupar-se com o futuro.

Uma das perguntas principais da entrevista é se a família tem controle das despesas fixas. Foi surpreendente verificar que 60% responderam positivamente, 22% de forma negativa e 18% têm o controle mais ou menos. Logo, a maioria das famílias mantém o controle das despesas fixas. Dentre as pessoas que não têm o controle das despesas fixas, 71% afirmaram que mesmo não o fazendo, possuem noção do valor dessas despesas mensalmente e 29% não.

Outra pergunta relevante foi se a família tem algum tipo de controle das despesas variáveis. As respostas obtidas foram: 39% afirmaram que sim e 61% não. O resultado demonstra que a maioria das famílias não mantém o controle sobre as despesas variáveis.

Pelas respostas às questões principais, foi verificada as funções da invulnerabilidade, economicidade e produtividade. Quando as pessoas “esquecem” de controlar as despesas variáveis, elas ficam expostas ao risco de gastar mais do que ganham. Segundo diversas pesquisas, o problema do controle das finanças pessoais não diz respeito às despesas fixas e sim as variáveis. Imagine, se a pessoa tiver o hábito de ajudar os outros com uma esmola de R\$ 2,00 ao dia, no ano você terá gastado R\$ 730,00. E os gastos extras com as saídas noturnas (restaurantes, cervejas, festas de amigos, churrascos, presentes de aniversários e casamentos, lanches extras) em excesso podem comprometer qualquer orçamento. Logo, a falta de controle de tais despesas é uma questão de assumir riscos e ter gastos desproporcionais com suas metas. O ideal seria estipular um valor para estes gastos, e quando estivesse chegando ao limite estabelecido, você poderia minimizar suas diversões.

Assim, com tais controles o gestor familiar poderá realizar, com o excedente da economia realizada, novos investimentos que possibilitarão melhores resultados. Em consonância com a função sistemática da economicidade, deve ser lembrada a função da socialidade. As pessoas não devem deixar de manter interação com outras pessoas e seu ambiente endógeno. Economizar sim, mas sem exageros. São as relações humanas que abrem caminhos ao universo da convivência. Sem elas, nenhuma das outras funções sistemática existiria. A socialidade busca a eficácia de cada célula, cuja somatória levará à eficácia da sociedade; o coletivo. Ela é um processo contínuo na vida das pessoas físicas e jurídicas. Possibilita desenvolver o conhecimento e a habilidade, para que haja definição das atuações nas organizações.

O próximo questionamento foi saber se a família faz uso de cartão de crédito ou cheque para pagamento das despesas. Verificou-se, pelas respostas que 73% utilizam esses instrumentos; 20% não e 7% não responderam.

Procurou-se identificar se as pessoas examinam juros ou taxas que se paga aos bancos. Do total de 143 famílias, 55% das pessoas fazem essa análise; 37% não e 8% não responderam. Nas 143 famílias em que é feito o uso de cartão de crédito ou cheque para pagamento das despesas, o resultado aponta que, na maioria delas (55%), é feito um exame das taxas e juros cobrados pelo banco.

Este questionamento está ligado à função sistemática da liquidez. Representa a necessidade da família de ter dinheiro em mãos. Conforme, já mencionado neste texto a boa liquidez leva a estabilidade financeira. A pesquisa revelou que as pessoas podem estar preocupadas com a liquidez, mas de forma imediata. Elas avaliam as taxas de juros dos cartões, que geralmente são altas no Brasil e assim mesmo utilizam este tipo de crédito. Tal comportamento onera o patrimônio e parte dos rendimentos será para pagar os financiadores.

Quanto ao patrimônio físico, a questão foi se a família possui bens e quais são. As respostas foram: 15% não possuem; 21% têm casa; 35% casa e carro; 14% imóvel não residencial (lote, sítio...); 9% casa, carro, moto e 6% possuem diversas propriedades (lojas, casa, veículo, propriedades rurais...).

A preocupação evidenciada leva à função sistemática da economicidade. Se não conseguir equilibrar despesas com rendimentos, a família não conseguirá construir um patrimônio. Somente, através da economicidade e da produtividade rumo à obtenção de bens a família poderá ter melhores condições de vida e agregar valor ao ambiente endógeno e exógeno em que está inserida.

Importante foi saber se as pessoas verificam todos os dados da documentação dos bens. O resultado surpreendeu, visto que a maioria tem essa preocupação; uma questão de organização, controle e prevenção de eventualidades. Dentre as respostas obtidas, 89% afirmaram que sim e 11% não. A pergunta seguinte foi se existe um controle do valor atual dos bens. Dentre as respostas obtidas, 31% das pessoas responderam que sim e 69% não. Geralmente, só há essa preocupação no momento de venda dos bens.

Este questionamento foi para verificar a questão do princípio da objetividade e da função sistemática da invulnerabilidade. Parte da premissa, que a família corre o risco de perder seus bens se não houver uma documentação adequada e legal. Antes de adquirir novos bens, contrair dívidas é preciso analisar toda a documentação para que não haja comprometimento do patrimônio construído.

Quando perguntados se, na família, faz-se algum tipo de investimento, 48% responderam que sim e 52% não realizam. Das que fazem investimento, foi identificado que: 26% preferem as aplicações financeiras (ações, fundos de investimentos); 19% os imóveis; 24% a poupança e 31% possuem a visão de que a educação é um investimento. O resultado demonstra que o investimento mais apontado pelas famílias que fazem investimentos é a educação, embora muitos entendessem como gastos no curto prazo.

Complementando essa opinião dos respondentes, acrescenta-se que uma pessoa com nível de instrução mais alto, tem tendência a obter maior renda, a agregar mais valor à sociedade. Assim, a educação contribui para a formação do principal ativo das empresas e da sociedade: capital intelectual. Outra preocupação da pesquisa foi saber se a família realiza algum tipo de planejamento (objetivos, sonhos, estabelecimento de metas, aumento de patrimônio, etc.). Dentre as respostas, 69% foram positivas e 31% negativas.

Perguntou-se, também, o que as famílias planejam. O resultado foi: 13% pensam na reforma da casa; 33% em adquirir patrimônios; 45% em terminar os estudos e 9% em ter filhos. De acordo com os dados, dentre as 136 famílias que fazem algum tipo de planejamento, na maioria das vezes, esse planejamento se concentra no desejo de terminar os estudos. Este fato foi considerado muito importante pelo pesquisador e recorrendo a Herckert (2000, p.190) encontrou-se que: “A capacidade intelectual leva ao aumento do patrimônio. A incapacidade intelectual leva à estagnação patrimonial e até a falência da empresa” e ainda

que “existe uma inequívoca relação entre o valor intelectual (este como agente) e os meios patrimoniais”.

Estas questões levam á função da resultabilidade. Sem controle e planejamento fica difícil construir resultado positivo. Pensar apenas em satisfazer necessidades imediatas deixa o futuro incerto. Para finalizar a pesquisa, foi solicitada a opinião dos respondentes se acreditam que o controle do orçamento e do patrimônio evitaria ou ajudaria a resolver algum tipo de problema que eles ou sua família enfrentam hoje. Dentre as respostas obtidas, apurou-se que: 65% afirmaram que sim, 14% que não, 6% mais ou menos e 15% não responderam.

Para complementar a pergunta anterior foi solicitado as famílias que especificassem os itens que o orçamento e o planejamento poderiam ajudar a controlar. Dentre as respostas obtidas, apurou-se: 20% consideram que evitariam gastos desnecessários; 29% que ajudariam a controlar gastos e realizar investimentos; 13% têm a opinião que auxiliariam a definir prioridades; 18% opinaram que evitariam a falência financeira e falta de expectativas; 11% consideram que seriam importantes para controlar o cheque especial e 9% afirmaram que depende da família. Após esta pesquisa e seus resultados elaborou-se um controle de gestão patrimonial, visando a sua aplicabilidade no ambiente interno das pessoas participantes.

## 7. PROPOSTA DE CONTROLE FAMILIAR

Para enriquecimento do conteúdo desenvolvido, o graduado em Ciências Contábeis e pós – graduado em Gestão Empresarial, José do Carmo Pinto e sua orientadora desenvolveram uma planilha de cálculo para o controle do patrimônio familiar, tendo como ponto inicial o controle orçamentário financeiro. A mesma foi desenvolvida em Excel com visualização de gráficos, levando em consideração a simplicidade, a aplicabilidade e a compreensibilidade, com o objetivo de possibilitar a sua utilização pelas pessoas. Veja, abaixo, o mesmo:

Fonte: Pinto (2007)

Figura 1 – Controle patrimonial familiar

No item lançamento de despesas, há os principais gastos familiares: alimentação, saúde, transporte, moradia, utilidades, educação e despesas diversas. As mesmas, automaticamente, irão para a Demonstração do resultado possibilitando verificar as Receitas menos as Despesas e apurando o resultado do exercício. Após essas operações, será possível visualizar o gráfico de cada despesa, bem como o geral.

Na demonstração do resultado há exemplos de algumas entradas de recursos (Receitas) das pessoas físicas e em seguida as despesas. Verifica-se, também, um percentual estabelecido para investimento. O mesmo deve ser retirado, antes do pagamento das despesas.

É como se a pessoa comprometesse a arcar com certo valor, de forma rigorosa, como se fosse uma “despesa fixa”, que a médio e longo prazo deve ser vista como investimento para realização das metas estabelecidas e das eventualidades da vida, então, pague-se primeiro.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a ótica contábil, os autores identificaram as funções sistemáticas do Neopatrimonialismo Contábil e da utilização da Gestão do Controle Gerencial na família. Aplicou-se a Teoria do Controle Gerencial, que entende controle numa visão mais ampla, verificando que, na família, há necessidade de controle do emocional, do comportamental, da comunicação, das relações humanas, da análise do ambiente externo, dentre outros.

A adequação das funções sistemáticas do Neopatrimonialismo Contábil evidenciou que, assim como as células sociais maiores, a família possui necessidades a serem supridas e deve buscar a sua eficácia, que, adicionada à eficácia das outras células sociais, levará à eficácia total da sociedade. Os oito sistemas propostos e adequados são: liquidez, resultabilidade, elasticidade, economicidade, produtividade, estabilidade, invulnerabilidade, socialidade. Eles contribuem para demonstrar a importância dos controles.

O estudo realizado evidenciou família como a célula social núcleo da sociedade, sendo ela responsável pela formação do capital humano. O mesmo é considerado por diversos autores como o principal ativo de outras células sociais maiores. É também de suma importância no cenário econômico, atuando como uma unidade consumidora de bens e serviços e agregando valor a economia.

A pouca bibliografia, no Brasil, a respeito da Contabilidade Familiar e dos controles de seus patrimônios, pode ser considerada como um ponto limitativo da divulgação da importância do tema. Iniciar a cultura de aprender a controlar, desde a fase da infância. O ponto fundamental seria o interesse das pessoas em querer controlar o seu patrimônio. Necessário será uma mudança de comportamento, de atitudes, de visão de futuro, de interesse e da necessidade de utilização do controle na gestão do patrimônio familiar.

Este estudo revela que o controle do patrimônio familiar necessita dos conceitos contábeis com base científica. O empirismo dos livros de finanças pessoais mostra uma linguagem de auto-ajuda, todavia é preciso tornar relevante o assunto da “Contabilidade Familiar” no âmbito de ciência. Uma contribuição de responsabilidade social para todos: famílias, governo e empresas.

Aos estudiosos e pesquisadores desta ciência social, espera-se o desenvolvimento de novos temas afins e que, em nome da ciência, possa-se desenvolver, evoluir e adequar as ideias expostas por D’Aurea em 1957.

## REFERÊNCIAS

Abicalaffe, C.. *A fórmula do Sucesso empresarial e profissional*. São Paulo: Gente, 1995.

Atkinson, Anthony A; Banker, Rajiv D.; Kaplan, R; S.; Young, S. M.. *Contabilidade Gerencial*. São Paulo: Atlas, 2000.

Beuren, I. M.. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2004.

Campos, V. F. *Controle da Qualidade Total* (No estilo japonês). 2ed. Rio de Janeiro: Bloch, 1992.

D’Aurea, A. F.. *Organização e Contabilidade Patrimonial Doméstica*, São Paulo: Nacional, 1957.

Duran, A.P. *Interação social: o social, o cultural e o psicológico*. Temas em Psicologia, 1993.

Fraga, M. S.. *Controle na gestão do patrimônio familiar*. Salvador, 2005. 15f., Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Fundação Visconde de Cairu, Bahia, 2002.

Gil, A. C.. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Halfeld, M.. *Investimentos – Como administrar melhor seu dinheiro*. 2. ed. São Paulo: Fundamento, 2004.

Herckert, W.. *Ativo imaterial e a Força Intelectual*. Boletim IPAT/UNA, Belo Horizonte. N.17, p.189-199, nov.2000.

\_\_\_\_\_. *Aspectos Práticos das Influências Ambientais*. Boletim IPAT/UNA, Belo Horizonte. N.18, p.13-23, mai.2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:<  
<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/familia/codigo.html>>. Acesso em 23 de dez de 2010.

Pinto, J.; Penha, P.; Viegas, A.. *Funções administrativas na gestão familiar*. In.: XIV Congresso Brasileiro de Custos, 2007, Paraíba. *Anais...* João Pessoa, Paraíba,ABC,2007.CD-ROM.

Pires, M. A.; M., W. *Elementos Estruturais da Teoria das Funções Sistemáticas e sua Contribuição ao Desenvolvimento Social*. Revista Mineira de Contabilidade, Belo Horizonte, 1º Trimestre. Ano V, Nº 13.p: 31-33. 2004.

Pires, P.. *Um estudo sobre o comportamento de consumidor, a contabilidade e os orçamentos domésticos dos professores da universidade estadual do sudoeste da bahia – campus vitoria da conquista*; 2002. 96f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Fundação Visconde de Cairu, Bahia, 2002.

Sá, A. L.. *Teoria Geral do Conhecimento Contábil*. Belo Horizonte: IPAT/UNA, 1992.

\_\_\_\_\_. *Teoria da Contabilidade*. 2. ed.São Paulo : Atlas, 1999.

Tversky, A.; Kahneman, D.. *Rational Choice and the Framing of Decisions*. The Journal of Business, v. 59, n. 4, Part 2: The Behavioral Foundations of Economic Theory, p. 251-278, Oct., 1986.

Yoshitake, M.. *Teoria do Controle Gerencial*. CEPPEV - Centro de Estudos pós-graduados da Fundação Visconde de Cairu – mestrado acadêmico em ciências contábeis. Bahia. Ibradem: 2004.

<sup>i</sup> Pronunciamento do Prof. Piotr Trzaniak no Fórum de Rede de pesquisa 1 - Marian Powers, Kellogg Graduate School of Management and Allen Center for Execution Education, Piotr Trzaniak, ASAA Editor - Moderador: Fábio Frezatti, ANPCONT President, ocorrido no dia 11/06/2009, em São Paulo/SP).